



REINTERPRETANDO AS TREZE COLÔNIAS BRITÂNICAS

VICTOR MELLO DA SILVA¹;
RODRIGO SILVEIRA DE OLIVEIRA²

¹Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - victormello4000@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - oliv.rod@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A análise bibliográfica revela que a História da América do Norte é pouco debatida em língua portuguesa, sobretudo no período colonial. Portanto, o presente texto aventa-se nesse caliginoso recorte histórico a fim de contribuir nesse campo que constitui um perigoso vazio historiográfico. Notadamente, onde há pouco conhecimento o senso comum não tarda em se estabelecer. Nesse caso, ele se manifesta por meio da dicotomia entre colônia de exploração e de povoamento. Diante disso, se faz necessário lançar luz acerca da colonização inglesa, estabelecendo alguns paralelos e conexões com as colonizações ibéricas para fins elucidativos. Em linhas gerais, o presente texto combate essa dicotomia e as ideias dela decorrentes, abordando temas como os primeiros colonos, diferenças religiosas, escravização de indígenas, e tipo de colonização.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica. Parte-se do pressuposto de que há uma carência de conhecimento sobre a colonização inglesa que se manifesta tanto no senso comum, como entre pesquisadores, por meio de narrativas simplistas. Posto isso, a bibliografia utilizada há de ter enfoque nas Treze Colônias Britânicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Inglaterra de princípios do século XVII desejava e necessitava expandir-se além mar. Na ilha britânica havia um grande excedente de pessoas pauperizadas ou perseguidas por motivos religiosos, contrastando com outras forças coloniais como Espanha, Holanda e França, que não tinham tal necessidade tão latente (FIORI, 2021). Soma-se a isso a antiga política de cercamentos de terras que intensifica-se com a dinastia Tudor, causando grande êxodo rural e portanto uma grande massa de miseráveis das quais a ideia de possuir terras na América do Norte era muito atraente. (KARNAL, 2007). Nesse sentido, a ideia de que os EUA foram colonizados por imigrantes instruídos, enquanto que o Brasil por uma pretensa escória da sociedade lusitana é evidentemente errônea. Portugal não dispunha de tal excedente e portanto não beneficiava-se com a exportação de contingentes humanos.

Quanto a sua mentalidade, não raro esses colonos comparavam sua trajetória para a América do Norte com a jornada de Moisés para a terra prometida narrada no Éxodo. Ou seja, os peregrinos se viam como escolhidos e a colonização da América era a sua incumbência inexorável. Também viam o Novo Mundo como o



último refúgio do mundo original criado por Deus, tal como no Gênesis (KARNAL, 2007). Ainda que os colonizadores ibéricos também fossem etnocêntricos, a mentalidade missionária dos puritanos é muito singular nesse aspecto.

Logo, trata-se de uma colonização protestante. Esta diferencia-se em relação à colonização católica ibérica pela maneira como se dá a legitimação da ocupação territorial uma vez que a Inglaterra não possuía as bônus papais para tal:

[O]s direitos de posse da terra eram em grande parte articulados ao desejo e às habilidades de seus donos de “desenvolverem” esses territórios de acordo com o mando bíblico de exercer um “domínio” sobre a natureza. A posse de título, então, era restrita àquela quantidade de terra que um indivíduo ou povo poderia “domesticar”. Esse critério deu aos colonos ingleses o direito inerente de expulsar os povos indígenas de todas as terras, inclusive daquelas que poderiam “razoavelmente ser cultivadas”. Mais importante ainda, essa inovação da doutrina automaticamente situou a Coroa Inglesa numa posição em que ela poderia disputar os direitos de descoberta de qualquer potência europeia que não estivesse devidamente “domesticando as terras selvagens”. (CHURCHILL, 1993:37 apud BLANCHETTE, 35º Encontro Anual da Anpocs, p.19)

Nesse sentido, moradia e “domesticção” são fundamentais para a ocupação das terras indígenas, bem como para disputar a ocupação das terras de outras potências colonizadoras. Traçando um paralelo, no Brasil Colonial a prática das Bandeiras e Entradas promoviam a exploração de grandes áreas das quais não necessariamente eram “domesticadas” pelos colonos.

Doravante, ao pensar na desconstrução de narrativas tradicionalmente atribuídas à colonização norte-americana é importante combater a ideia de que não houve escravidão. Conforme Blanchette: “Ao contrário das expectativas de antropólogos brasileiros como Darcy Ribeiro, a América do Norte colonial continha um florescente mercado para cativos indígenas, do mesmo modo que as colônias espanholas e portuguesas do sul das Américas.” (35º Encontro Anual da Anpocs, p.14). O pressuposto de que não houve escravidão está intrinsecamente relacionado com as conjecturas e generalizações relacionadas ao discurso da colônia de povoamento. Excetuando a mão de obra escrava africana empregada na *plantation* das colônias do sul, tende-se a pensar que não houve escravidão nas colônias setentrionais. No entanto, aceitar essa perspectiva é o equivalente a ignorar completamente a relevância indígena na história da América do Norte:

Incluso los puritanos emplearon esclavos indios. Los periódicos de Boston publicaban anuncios en los que se pedía la captura de indios fugitivos de Carolina. Los indios de Nueva Inglaterra fueron también esclavizados o alquilados en las cárceles para ser empleados como criados. A veces se les asignaba a reservas llamadas <>aldeas<>, donde, si no se rebelaban, eran veían forzados a vivir bajo un severísimo código legal que discriminaba a las minorías negras, mulata e india. Los indios <>salvajes<> de la frontera eran abandonados a sus propias fuerzas, hasta que las enfermedades, la guerra u otros factores les debilitaban lo suficiente como para poder ser sometidos a la jurisdicción legal de los blancos. (JACOBS, 1973, p.164)

Portanto, a escravidão indígena foi largamente praticada, incluindo as colônias do norte como a Nova Inglaterra - onde decaiu apenas após a Guerra do rei Philip em 1675, quando o Tribunal Geral da colônia proibiu a compra e posse de



escravos indígenas acima de 12 anos. Também nas colônias do sul, a escravização de nativos decaiu somente durante a Guerra dos Yamasee, quando em 1716 a Carolina do Sul proibiu a compra de escravos indígenas acima de 14 anos. Entretanto, por muito tempo ainda foram apresados e vendidos na América Inglesa, grandes contingentes de indígenas para as plantações no Caribe (BLANCHETTE, 35º Encontro Anual da Anpocs). Tratar das múltiplas relações entre os nativos e os colonizadores é fulcral para combater os perigos de uma única história (CHIMAMANDA, 2009). Essa história unívoca tem sido a da cooperação - sustentada pelo feriado norteamericano *Thanksgiving Day* - ou a do extermínio. Nota-se que em ambos os discursos supostamente não houve escravização indígena. Portanto, são concepções que estão de acordo com o conceito da colônia de povoamento, e que no entanto, revelam-se falsos.

Por fim, ao contrário da colonização ibérica, a Inglaterra promoveu uma colonização por meio de companhias privadas de comércio, das quais as mais famosas: a Companhia de Londres e a Companhia de Plymouth. Logo, não se trata de uma colonização de Estado tal como conhecemos (KARNAL, 2007). Nesse sentido, são duas lógicas diferentes de colonização - ainda que baseadas na mesma Doutrina do Descobrimento (D'ANGELIS, MILLER, 2011). A colonização dos estados ibéricos naturalmente resultou em cidades maiores e mais bem estruturadas em relação às cidades fundadas pelas companhias britânicas - mesmo porque ambas as empresas faliram rapidamente ainda no século XVII. Por exemplo, na segunda metade do século XVIII a maior cidade das Treze Colônias Britânicas, Filadélfia, tinha 40 mil habitantes, enquanto a Cidade do México por exemplo, já haviam 70 mil (KARNAL, 2007). O contexto é o do capitalismo mercantilista, tanto o modelo empresarial como de Estado trabalhavam com a ideia de monopólios comerciais das terras coloniais em relação a suas respectivas metrópoles. O interessante, para fins de comparação, é a derrocada precoce dessas empresas e principalmente, a incapacidade ou desinteresse em construir um aparato catequizador tal como nos moldes portugueses ou espanhóis.

4. CONCLUSÕES

Ao desconstruir aquilo que tradicionalmente atribui-se a uma colonização de povoamento não se trata de anular as singularidades de um determinado processo histórico, mas sim de sugerir outras variáveis e categorias de análise. Tais como: o colono britânico em suas causas e mentalidade, a questão protestante, a prática escravagista, o caráter privado da colonização, e o fato de que a América do Norte foi um palco secundário em relação às Antilhas e a América do Sul. Desse modo, podemos estabelecer uma abordagem mais frutífera e reveladora acerca da experiência norte-americana. Em detrimento do senso comum, a pesquisa bibliográfica revela que toda colonização é essencialmente exploratória e portanto a diferença entre colonização inglesa e ibérica dissolve-se. Sendo assim o termo colônia de exploração trata-se de um pleonasmo, enquanto colônia de povoamento um eufemismo. Por conseguinte, torna-se demasiado claro que não há colonização boa ou ruim, o senso comum tende a fazer juízo de valores, nesse caso por meio de uma questionável dicotomia conceitual.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHETTE, T.G. Entre acomodação e extermínio: as raízes da "Questão Indígena" nos Estados Unidos. **35º Encontro Anual da Anpocs GT 12 – Estudos Sobre os Estados Unidos**, UFRJ-Macaé.

CHIMAMANDA, N.A. **O perigo de uma única história**. TED: Talk, 2009. 1 vídeo (18 mins). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda Ngozi Adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 8 julho. 2023.

D'ANGELIS, M; MILLER, R.J. Brazil, Indigenous People, and the International Law of Discovery. Nova Iorque: **37º Brooklyn Journal of International Law**, 2011.

FIORI, C.A. Resistências indígenas na América do norte após a invasão europeia. **Caderno Intersaber**. Curitiba: v. 10, n. 25, p. 112-121, 2021.

JACOBS, Wilbur. **El expolio del Indio Norteamericano**. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1973.

KARNAL, L; et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.